

Governo Lula prevê crescimento menor e estouro da meta de inflação em 2023

Em sua primeira divulgação de projeções econômicas desde o início do mandato, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) informou prever um crescimento mais tímido da economia em 2023, embora o dado ainda seja mais otimista do que o esperado pelo mercado.

O Ministério da Fazenda calcula um crescimento de 1,61% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, menor do que a estimativa anterior, feita ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que previa uma alta de 2,1%.

No Boletim Focus, do Banco Central, a expectativa de analistas do mercado até melhorou nas últimas semanas, mas ainda é de um avanço mais tímido, de 0,89% neste ano.

O governo também estima um novo estouro da meta

de inflação em 2023 --se confirmado, será o terceiro consecutivo. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) saiu de 4,6% para 5,31%. A meta neste ano é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Os novos números foram divulgados pela SPE (Secretaria de Política Econômica).

Segundo o órgão, a nova projeção do PIB incorpora os efeitos negativos da alta de juros sobre a atividade econômica. “A previsão anterior, feita em novembro de 2022, minimizava os efeitos contractionistas da política monetária sobre o ciclo econômico e sobre o mercado de crédito”, diz o boletim.

No caso da inflação, a SPE disse que incorporou um cenário “mais realista” para os preços de bens e serviços

monitorados, como tarifas de energia elétrica e planos de saúde. A reoneração de tributos federais sobre a gasolina também foi considerada.

“Apesar de a medida provocar uma pequena elevação dos preços do combustível na bomba no curto prazo, auxilia o equilíbrio fiscal, contribuindo para redução estrutural da inflação, além de trazer benefícios para o meio ambiente”, diz o documento.

O governo também revisou para baixo a projeção de crescimento do PIB em 2024, de 2,5% para 2,34%, mas elevou a estimativa de 2025 para 2,76%. A inflação medida pelo IPCA, por sua vez, deve ter alta de 3,52% no ano que vem e convergir para a meta de 3% a partir de 2025.

Idiana Tomazelli/Folhapress



Economia



Desemprego fica em 8,4% e atinge 9 milhões em janeiro

Página - 03

Política

Deputado do PT tenta criar CPI sobre tiroteio na campanha de Tarcísio

Página - 04

MPF abre procedimento para investigar Bolsonaro e Michelle por peculato

Página - 04

Proposta de reajuste de 9% é aceita por categorias como policiais e servidores do BC Pág - 03



Negócios

CPFL (CPFE3) reporta lucro líquido de R\$ 1,375 bi no 4T22, alta de 3,3% Pág - 08

Justiça autoriza nova recuperação judicial da Oi

Pág - 08



No Mundo

Número de menores que cruzam Darién cresce 10 vezes



É a selva da morte, assim a descrevem”. Andrés Puerta, 27, nascido em Medellín, na Colômbia, enfrentou nove dias no estreito de Darién, uma das rotas migratórias mais perigosas do mundo, para depois ir ao México, onde busca melhores condições socioeconômicas.

Na região entre a Colômbia e o Panamá, deparou-se com uma região que, como alertam especialistas há tempos, é de controle de grupos armados.

“Desde o início da selva, há gente que se aproveita dos imigrantes. Homens imponentes, armados, jovens e encapuzados que cobram US\$

200 só para começarmos o caminho.”

Andrés testemunhou mudanças no perfil migratório. “Há muitas mães com às vezes dois filhos pequenos, um nas costas, outro no colo. É impressionante. E muitos nem as ajudam. Tocou-me muito a história de uma recém-nascida que morreu no colo da mãe no caminho”, afirma ele.

A crise migratória em Darién escalou. Em janeiro e fevereiro deste ano, quase 50 mil migrantes cruzaram o estreito. O número é cinco vezes maior do que a cifra observada no mesmo período de 2022.

E chama ainda mais aten-

ção o aumento no número de crianças e adolescentes: quase 17 mil nos mesmos dois meses, dez vezes mais do que o registrado no período do ano anterior. Se em 2022 eram cerca de 17% do fluxo migratório neste período, agora menores representam 35%.

Pesquisadores ainda tentam entender as razões do fenômeno. Mas apontam que há um claro reflexo do arrefecer da pandemia de Covid e, por óbvio, a crise econômica nos países da América do Sul, de onde parte a maioria dos migrantes para Darién.

Mayara Paixão/Folhapress

Polônia rompe tabu e vai enviar caças MiG-29 para a Ucrânia

Em uma decisão sem precedente na Guerra da Ucrânia, a Polônia anunciou nesta quinta-feira (16) que irá enviar aviões de caça para Kiev empregar contra os invasores russos.

É o primeiro país a tomar tal medida, vista até aqui como um tabu, uma linha vermelha a não ser ultrapassada na escalada da ajuda militar ocidental ao governo de Volodimir Zelenski.

Isso porque, na argumentação válida até aqui no governo dos Estados Unidos e seguida pelos parceiros da Otan, aliança da qual a Polônia é um dos mais aguerridos

membros, Moscou poderia ler tal fornecimento como um incentivo a ataques em seu território ou uma participação direta no conflito.

Na prática, não é bem assim. O presidente polonês, Andrzej Duda, disse em Varsóvia que iria enviar por ora apenas quatro caça MiG-29 de fabricação soviética. Seu país tem uma frota com 28 desses modelos, herdados dos tempos em que fazia parte do bloco comunista do Leste Europeu, a maior frota no continente --na Otan, a Bulgária tem 14 aviões do tipo, enquanto a Eslováquia opera 11.

Igor Gielow/Folhapress



Reino Unido e sindicatos chegam a acordo que pode encerrar greves na saúde



O governo do Reino Unido e os sindicatos de saúde do país chegaram nesta quinta (16) a um acordo com potencial para encerrar as greves no NHS --o sistema de saúde público britânico--, que já duram meses.

A proposta do premiê Rishi Sunak estabelece, entre outras coisas, que enfermeiros receberão aumento salarial de 5% no próximo ano.

Embora a maioria dos sindicatos da área recomende que se aceite a proposta, descrita como justa e razoável, as greves só serão encerradas após um período de consulta entre todos os membros.

O acordo cobriria cerca de um milhão de enfermei-

ros, paramédicos, obstetras e demais trabalhadores da saúde por dois anos até abril de 2024. Médicos juniores, que estão em uma disputa separada, não se enquadram na proposta.

“Esta oferta é boa para a equipe do NHS, é boa para o contribuinte e, o mais importante, é uma boa notícia para os pacientes cujos cuidados não serão mais interrompidos pela ação de greve”, afirmou Sunak.

A crise que pressiona o premiê representa a pior onda de paralisações trabalhistas desde a década de 1980 no Reino Unido. Principalmente entre junho e agosto do último ano e desde o início de dezembro, trabalhadores de

diversas categorias do serviço público cruzaram os braços reivindicando reajustes salariais acima do teto da inflação.

O serviço de saúde britânico tem sido particularmente afetado pelas greves, especialmente por conta de uma crise de pessoal e pelas consequências da pandemia de Covid-19. Em fevereiro, dezenas de milhares de enfermeiros e paramédicos realizaram a maior greve nos 75 anos de história do NHS. Membros das Forças Armadas chegaram a ser capacitados para, por exemplo, conduzir ambulâncias, numa tentativa de mitigar as consequências da interrupção dos serviços.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Desemprego fica em 8,4% e atinge 9 milhões em janeiro



A taxa de desemprego ficou em 8,4% no trimestre encerrado em janeiro, o primeiro mês do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O resultado é o menor para esse período desde 2015, informou nesta sexta-feira (17) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Mesmo assim, o indicador reforça os sinais de perda de tração do mercado de trabalho. Segundo o IBGE, a taxa de 8,4% representa uma estabilidade na comparação com o trimestre até outubro de 2022, período anterior da série histórica comparável da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). À época, a desocupação marcava 8,3%.

O resultado até janeiro veio ligeiramente acima das projeções do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de desocupação de 8,2%. No trimestre até dezembro, que integra outra série da Pnad, a taxa já estava em 7,9%.

“Essa estabilidade ainda seria uma repercussão da redução da procura por trabalho nos meses de novembro e dezembro de 2022 sobre o início de 2023”, disse Adriana Beringuy, coordenadora da Pnad Contínua.

O número de desempregados, por sua vez, foi estimado em 9 milhões nos três meses encerrados em janeiro. O contingente também somava 9 milhões até outubro.

A população desempre-

gada, conforme as estatísticas oficiais, é formada por pessoas de 14 anos ou mais que estão sem trabalho e que seguem à procura de novas vagas. Quem não tem emprego e não está buscando oportunidades não entra nesse número.

A Pnad retrata tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, abrange desde os empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

Após os estragos causados pelo início da pandemia, em 2020, a geração de vagas foi beneficiada pela vacinação contra a Covid-19 a partir de 2021. A imunização permitiu a circulação de pessoas e a reabertura dos negócios, intensificada em 2022.

Leonardo Vicceli/Folhapress

Proposta de reajuste de 9% é aceita por categorias como policiais e servidores do BC



Servidores de diversas categorias entre elas, Banco Central e Polícia Federal já aceitaram a proposta do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de reajuste salarial de 9% a partir de maio (pago em junho), acompanhado de um aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação.

A proposta foi formalizada pelo governo na última terça-feira (14) e enviada às entidades representativas depois de o percentual ter sido acordado no dia 10, em reunião da mesa de negociação permanente conduzida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com participação dos sindicatos.

No encontro, uma primei-

Metaverso é mercado trilionário, mas não se sabe qual cara terá

Com o ChatGPT aparecendo no fim do ano passado, a inteligência artificial (IA) roubou parte dos holofotes dedicados ao metaverso. Os temas dominaram as palestras e painéis do Mobile World Congress (MWC), um dos principais eventos de tecnologia do mundo, realizado entre 27/2 e 2/3/23 em Barcelona.

Há um entrelaçamento entre ambos. A IA é uma das tecnologias fundamentais para a existência de aplicações de metaverso. Para que um óculos consiga ler o ambiente e gerar uma visualização de um objeto virtual como se estivesse na sala, por exemplo, precisa dela para analisar o espaço. A lógica lembra os filtros no Instagram reconhecendo um rosto para

colocar orelhas de cachorro.

Há, também, uma diferença fundamental. A inteligência artificial aparece em várias aplicações práticas, como robôs de conversa, reconhecimento de imagens, prevenção de fraude, etc. Enquanto isso, o metaverso ainda precisa mostrar a que veio e se tornar mais íntimo do público, uma confusão que leva mesmo os especialistas nos palcos do MWC a não terem muita clareza e uniformidade em uma definição.

Um ponto mais consensual é que o metaverso vai movimentar muito dinheiro. Mesmo que ele seja ainda tido como algo para um futuro que ninguém soube dizer ao certo quando vai chegar, tampouco qual cara vai ter.

Raphael Hernandes/Folhapress



Leonardo Vicceli/Folhapress

ra oferta de recomposição de 8,4% a partir de abril havia desagradado às entidades filiadas aos fóruns nacionais de servidores públicos, que falaram em “frustração total”. Após pressão, a negociação avançou até chegar aos 9% sem pagamento retroativo. O valor do auxílio-alimentação de quem está na ativa, com a correção, passará a R\$ 658.

Sem reajuste salarial desde 2019, os funcionários do Banco Central concordaram com os termos da proposta em uma assembleia realizada na terça. A deliberação contou com 95% de votos favoráveis à medida.

Segundo Fabio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), a oferta

aceita é encarada como um “reajuste emergencial”. “O plano é avançar na reestruturação da carreira”, afirmou, depois de ter se reunido nesta quinta (16) com a diretora de Administração do BC, Carolina de Assis Barros.

O percentual final ficou muito aquém dos 27% pleiteados pela categoria em 2022, quando pressionou o governo com uma greve que durou de abril a julho, com uma breve pausa de duas semanas durante as negociações.

O movimento dos servidores do BC no ano passado fez parte da mobilização nacional do funcionalismo público por reajuste salarial e reestruturação de carreira.

Nathalia Garcia e Danielle Brant/Folhapress

Política

Deputado do PT tenta criar CPI sobre tiroteio na campanha de Tarcísio



Minoria na Assembleia Legislativa de São Paulo, a oposição tenta emplacar uma CPI contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O deputado estadual Paulo Reis (PT) afirmou que conseguiu, até esta quinta-feira (16), 30 assinaturas para abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito o mínimo são 32.

Na opinião do petista, há uma série de circunstâncias mal explicadas durante um tiroteio entre seguranças do então candidato Tarcísio e um homem que foi baleado e morto em outubro do ano passado, na comunidade de Paraisópolis, em São Paulo.

O governo estadual enviou nota ressaltando que o caso foi investigado e o caso

arquivado pelo Judiciário. O texto acrescenta que cabe ao Legislativo tratar de CPIs.

“A abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito é um tema que compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado (Alesp). O caso ocorrido no ano passado foi investigado e o inquérito arquivado pelo Poder Judiciário”, informa a íntegra da nota.

O deputado estadual se referiu ao episódio como um homicídio. Um dos principais argumentos para sustentar o pedido de CPI são as diferentes versões para o que aconteceu. “Cada dia a gente ouve uma história”, diz Reis.

Reis declara que todos os 19 deputados estaduais do PT assinaram o pedido de CPI. Ele prefere não revelar quem

são os demais signatários.

O parlamentar aproveitou a cerimônia de posse e eleição da Mesa Diretora, na quarta (15), para conquistar mais apoio. Ele começou a tarde com 22 assinaturas e conseguiu mais seis.

No caso de a CPI ser instalada, a intenção é convocar o segurança que deu o tiro para depor. Também seriam chamados para os familiares da vítima, Felipe Silva de Lima, 27.

Conseguir as assinaturas é parte do trabalho. Depois é preciso protocolar o pedido de abertura da comissão a tempo. O regimento da Alesp permite no máximo cinco CPIs funcionando ao mesmo tempo. O critério é a ordem de entrega.

Felipe Pereira e Saulo Pereira/Folhapress

MPF abre procedimento para investigar Bolsonaro e Michelle por peculato

O Ministério Público Federal (MPF) abriu um procedimento para investigar Jair Bolsonaro (PL) e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo crime de peculato no caso das joias trazidas da Arábia Saudita, a partir de uma representação feita pela deputada Luciene Cavalcante (PSOL-SP). O enquadramento foi indicado nesta semana.

O delito ocorre quando um funcionário público, em razão do cargo que ocupa, desvia bens públicos em benefício próprio ou de terceiros. O ex-ministro Bento Albuquerque e o ex-secretário da Receita Julio Gomes, que tratou das joias com Bolsonaro por ligação telefônica, também são citados na notí-

cia-crime recebida pelo órgão.

Nesta semana, o caso foi designado ao procurador da República Caio Vaez Dias, do Distrito Federal. Ele integra o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPF no DF. No início deste ano, Vaez Dias participou de diligências após golpistas serem presos pelos ataques ocorridos em Brasília em 8 de janeiro.

Autora da representação, a deputada Luciene Cavalcante afirma que as supostas condutas de Bolsonaro, Michelle, Bento Albuquerque e Gomes para liberar os artigos de luxo são marcadas por “imoralidade, desarrazoabilidade e prejuízo aos cofres públicos” e devem ser investigadas.

Mônica Bergamo/Folhapress



Novo deputado em SP realça elo com periferia e origem famosa com cachorro-quente



Um gabinete quase em frente ao do Vitão do Cachorrão, na Câmara Municipal de Sorocaba, ostenta um painel com a bandeira da monarquia brasileira e fotos de Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho, Enéas, Margareth Thatcher e Churchill.

Já Vitão, que deixou o cargo de vereador no município paulista para estrear como deputado estadual, diz que não quer saber de referências políticas ou de disputas ideológicas, e o painel de seu gabinete era bem diferente: trazia uma selfie dele com uma favela ao fundo e os dizeres “Filho de pedreiro e vendedor de cachorro quente Vereador do Povo”.

Ele martela em sua comu-

nicação a origem em uma família pobre. Na porta do gabinete, pendurou uma colher de pedreiro, que levará para a Assembleia Legislativa.

“É para eu não me esquecer de onde eu vim, para lembrar que a gravata, o terno e o poder não podem subir à minha cabeça”, diz Vitor Alexandre Rodrigues, 46, que na infância “ganhava um dinheirinho” cortando capim para alimentar o cavalo de um vizinho e na adolescência trabalhou como servente de pedreiro com o pai.

Aos 18 anos teve a ideia de montar um carrinho de cachorro-quente na garagem da casa da família, no Jardim Zulmira, periferia de Sorocaba.

Como trabalhava no car-

rinho e nas obras, acabou abandonando a escola. Estava no 2º ano do ensino médio no colégio estadual Humberto de Campos depois, quando vereador, fez um supletivo para completar a educação básica e agora pretende fazer faculdade.

O cachorro-quente fez sucesso. “Em São Paulo, falam hot dog, né? Mas aqui em Sorocaba é cachorro-quente. A gente diz: Vamos comer um cachorrão? Aí virei Vitão do Cachorrão”, conta.

“Quando entrei na política, os marqueteiros falaram para eu não colocar. Do Cachorrão. Vou colocar, respondi. Todo mundo me conhece assim.”

Laura Matos/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes. As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Comcitrus S.A.

CNPJ/MF 58.578.006/0001-20 - NIRE 35.300.118.570 -

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

Ficam convidados e convocados os senhores acionistas da **Comcitrus S.A.** ("companhia"), a se reunirem em: **1. AGE**, que será realizada no dia **24/03/23**, às **9h**, e em **2ª chamada** às **9h30**, para deliberarem sobre o seguinte: **ordem do dia: a)** Deliberar sobre a alienação das ações em tesouraria; **b)** Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; **c)** Outros assuntos de interesse da Companhia. **2. AGO**, que será realizada no dia **18/04/23**, às **09h**, e em **2ª chamada** às **9h30** para deliberarem sobre o seguinte: **ordem do dia: a)** Discutir e votar as contas e demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberar sobre a destinação de lucros; e **c)** Outros assuntos de interesse da Companhia. Adicionalmente informamos que, por motivo de sua sede social não apresentar condições para reuniões, ambas as assembleias serão realizadas na **Alameda Búzios, nº 182, CEP 14708-050, Jardim do Bosque, Bebedouro/SP**, Bebedouro, 15/03/23. **José Francisco de Fátima Santos**, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. (16, 17 e 18/03/23)

Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/ME nº 43.296.632/0001-57 - NIRE 35.300.575.717

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2023

A Assembleia Geral Extraordinária, instalada com a presença de representantes da totalidade do capital da Companhia, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Alan Zelazo e secretariada pela Sra. Márcia Pacianotto Ribeiro, realizou-se às 11h00 do dia 01/02/2023, na sede social, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 18, Cidade Jardim, São Paulo-SP. A seguinte deliberação foi tomada, por unanimidade: **(a)** aprovar a distribuição de dividendos referente a antecipação dos lucros do exercício social de 2023, no valor de R\$ 120.000,00 para cada um dos acionistas, totalizando R\$ 480.000,00. Nada mais a tratar, foi a presente Ata lavrada. São Paulo, 01/02/2023. **Mesa: Alan Zelazo** - Presidente; **Márcia Pacianotto Ribeiro** - Secretária. JUCESP - Registrado sob o nº 109.593/23-6 em 15/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Libertê Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 39.763.874/0001-36 - NIRE nº 35.300.559.088 - Companhia Fechada

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de novembro de 2022

Data, Horário e Local: 04/11/22, 10h, na sede da companhia. **Convocação e presença:** Dispensada. Presenças a totalidade dos acionistas que representam o capital social. **Deliberações aprovadas:** (1) A redução de capital social no valor de R\$300.000,00, mediante o cancelamento de 30 ações ordinárias, com a devolução do capital ao acionista, tendo em vista que o capital total de R\$791.500,00 é excessivo para a realização do objeto social da companhia, passando o capital social dos atuais R\$791.500,00 para **R\$491.500,00**, dividido em 1.549 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, com a respectiva devolução de capital para uma acionista. Nada mais. São Paulo/SP, 04/11/2022.

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S/A

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

Ativo	31/12/2021	Passivo	31/12/2021
Circulante		Circulante	
Caixa e Bancos	1.000,00	Não circulante	-
	1.000,00	Patrimônio Líquido	-
Não Circulante		Capital Social	1.000,00
		Prejuízos Acumulados	-
Total do Ativo	1.000,00	Total do Passivo e Patrimônio	1.000,00

Leandro Augusto Davanço - Contador CRC/SP 1SP 174.421/0-2 - CPF nº 165.879.678-09
Renata Giralde de Manreza Weigt - Diretora Tributária - CPF nº 148.129958-17

Juros: Treasuries e petróleo pesam, com queda forte das taxas futuras locais

O mercado de juros esteve por mais uma sessão a reboque do ambiente externo, que se sobrepôs no período da tarde para colocar as taxas em queda junto com os yields dos Treasuries e o novo recuo dos preços do petróleo. Os temores sobre uma crise no sistema financeiro, com novos problemas nos EUA, voltaram a pesar sobre os ativos, às vésperas de decisões de política monetária tanto lá quanto aqui.

Internamente, a expectativa pela apresentação do arcabouço fiscal cresceu nesta sexta-feira em que a proposta foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No acumulado da semana, houve perda de prêmio em todos os contratos, mais acentuada nos vértices intermediários, justamente os que refletem a perspectiva para o novo ciclo de política monetária. O mercado ampliou a probabilidade

de que comece em maio, com a curva apontando 40% chance de queda de 0,25 ponto porcentual na atual Selic de 13,75%.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 encerrou em 12,97%, de 13,035% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,182% para 12,075%. O DI para janeiro de 2027 fechou com taxa de 12,485%, de 12,593% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2029, em 12,940%, de 13,033%.

Após percorrerem a manhã oscilando ao redor dos ajustes, sem direção firme, os juros engrenaram movimento de queda na jornada vespertina, na medida em que crescia o temor de que as questões de liquidez que ainda estão, por ora restrita, a poucas instituições se espalhe pelo sistema bancário. Isto é Dinheiro

Oxyeau & Co Tecnologia Cosmética Ltda

CNPJ 42.429.435/0001-04 - NIRE 35.237.357.193

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

Convocados os Srs Quotistas da Sociedade para reunirem-se em Reunião no dia **31/03/2023** às 15h00, na Av. Dr. Churci Zaidan nº 1.550 - cj. 1912, São Paulo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Comprovação de ter havido a integralização integral do capital social; ou implementação do expediente legal aplicável a sócio remisso; e **b)** cumprimento da notificação recebida em 08/02/2023, parte integrante da ata de reunião de sócios da mesma data. São Paulo, 17 de março de 2023. Oxyeau & Co. Tecnologia Cosmética Ltda Representada por Cape To Cape - Consulting and Services, LDA. (18, 21 e 22/03/2023)

Pereira e Silva Comercio de Armazinhos

(Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: 25/08/20, 9hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada. Subscritores do capital social da empresa ora constituída. **Mesa:** Sr. **Carlos Alexandre Pereira de Almeida**, presidente; Sr. **Renan Ghiraldello Silva**, secretário. **Deliberações aprovadas:** **6.1** A constituição da **Pereira e Silva Comercio de Armazinhos S.A.**, com Sede e Foro em São Paulo/SP. **6.2.** O Capital Social da companhia inicial no montante de R\$ 100,00, em moeda corrente do país, dividido em 100 ações, sendo todas Ordinárias Nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados R\$ 100,00 neste ato, em moeda corrente nacional, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição; **6.3** O Projeto do Estatuto Social da Companhia; **6.4 (iv)** Eleição dos membros da Diretoria, com mandato até a 1ª AGO: **(a)** **Carlos Alexandre Pereira de Almeida**, brasileiro, solteiro, advogado; e **(b)** **Renan Ghiraldello Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, ambos domiciliado em São Paulo/SP. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis; e **(v)** aceitar a renúncia dos diretores ao recebimento de remuneração da Companhia. Nada mais. São Paulo, 25/08/2020. Visto de Advogado, **Carlos Alexandre Pereira de Almeida**, OAB/SP nº 338.840. JUCESP/NIRE nº 3530055740-9 em 09/10/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ/MF nº 61.376.737/0001-06 - NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas a reunirem-se em AGE, na sede social da companhia, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto C, sala 24, Centro, CEP 01009-907, às 10:00 horas do dia 28/03/2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2019, 31/12/2020 e 31/12/2021 e destinação dos resultados dos respectivos exercícios; ii) ratificação dos pagamentos feitos à Diretoria nos exercícios de 2019, 2020 e 2021; iii) eleição de novo diretor para ocupar o cargo vago pelo tempo que resta para o término do atual mandato; e iv) discussão e votação sobre propostas de aquisição de bens da companhia apresentadas à empresa na sua sede. (18, 21 e 22/03/23)

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S/A

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)

Ativo	31/12/2022	Passivo	31/12/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e Bancos	901.000,00	Não circulante	-
	901.000,00	Patrimônio Líquido	-
Não Circulante		Capital Social	901.000,00
		Prejuízos Acumulados	-
Total do Ativo	901.000,00	Total do Passivo e Patrimônio	901.000,00

Leandro Augusto Davanço - Contador CRC/SP 1SP 174.421/0-2 - CPF nº 165.879.678-09
Renata Giralde de Manreza Weigt - Diretora Tributária - CPF nº 148.129958-17

Ouro fecha em alta, apoiado por cautela, queda dos juros dos Treasuries e dólar

O ouro registrou ganhos, nesta sexta-feira, com a busca por segurança apoiada novamente por temores sobre o setor bancário, nos Estados Unidos e na Europa. Houve ainda queda nos retornos dos Treasuries, que concorrem com o metal como opção mais cautelosa de investimento, e também queda do dólar, que torna o ouro mais barato para os detentores de outras moedas. Com isso, o metal atingiu máximas desde abril de 2022.

O ouro para abril fechou em alta de 2,63%, em US\$ 1.973,50 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex). Na comparação semanal, o contrato subiu 5,69%.

As dúvidas sobre o futuro do Credit Suisse continu-

avam como fator importante na Europa, enquanto nos EUA bancos regionais são o foco, mas alguns ponderavam também sobre os riscos para o setor em geral.

O pedido de recuperação judicial da controladora do Silicon Valley Bank, o SVB Financial Group, reforçou a cautela nos mercados globais, apoiando o ouro.

O ouro mantinha viés de baixa ao longo de fevereiro, com a perspectiva de juros mais altos elevando os retornos dos Treasuries e reduzindo o apelo para o metal. A onda recente de cautela, porém, voltou a apoiar as compras, segundo analistas e operadores.

Operador de metais preciosos da Heraeus, Alexander Zumpfe comentou à Dow Jones Newswires que o ouro tem se beneficiado. Isto é Dinheiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,2673 / R\$ 5,2679 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,2680 / R\$ 5,2700 *
Turismo - R\$ 5,3800 / R\$ 5,4790

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: +0,61%

OURO BM&F

R\$ 331,00

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -1,40%

Pontos: 101.981

Volume financeiro: R\$ 53,280 bilhões

Maiores altas: Ecorodovias ON (8,86%), 3R Petroleum ON (4,82%), Minerva ON (2,27%)

Maiores baixas: Cyrela ON (-−7,47%), Locaweb ON (-7,40%), Energisa UNT (-6,43%)

S&P 500 (Nova York): -1,1%

Dow Jones (Nova York): -1,19%

Nasdaq (Nova York): -0,74%

CAC 40 (Paris): -1,43%

Dax 30 (Frankfurt): -1,33%

Financial 100 (Londres): -1,01%

Nikkei 225 (Tóquio): 1,2%

Hang Seng (Hong Kong): 1,64%

Shanghai Composite (Xangai): 0,73%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,5%

Merval (Buenos Aires): -0,74%

IPC (México): -1,1%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Janeiro 2022: 0,54%

Fevereiro 2022: 1,01

Março 2022: 1,62%

Abril 2022: 1,06%

Mai 2022: 0,47%

Junho 2022: 0,67%

Julho 2022: -0,68%

... continuação

rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Facchini S.A.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **4. Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não foi identificado contratos onerosos. **Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2'

Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente

Ailton Izaias – Contador CRC 1SP 126.674/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Facchini S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Facchini S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facchini S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS

17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 07 de março de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP 034.519/0-6

Alexandre Ferrinho Alvares

Contador CRC 1SP 211.793/0-5

Ibovespa cai 1,40%, a 101,9 mil pontos, e cede 1,58% na semana

O Ibovespa estendeu pela quarta semana a série negativa iniciada com tombo de 3,09% no intervalo entre 22 e 24 de fevereiro, que sucedeu à pausa do Carnaval. Desde então, tem acumulado apenas perdas, vindo dos 109 mil pontos na sexta-feira, 17, que antecedeu o feriado de fevereiro, há um mês. Hoje, oscilou entre mínima de 101.663,65 e máxima de 103.433,65, da abertura, para fechar em baixa de 1,40%, aos 101.981,53 pontos, no menor nível de encerramento desde 27 de julho (101.437,96).

Com vencimento de opções sobre ações nesta sexta-feira, o giro financeiro foi a

R\$ 34,3 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa acumulou perda de 1,58%, após ceder 0,24% e 1,83% nos dois períodos anteriores. No mês, cai 2,81% e, no ano, 7,07%.

Dentre as ações de maior peso, Vale (ON +1,20%) conseguiu escapar ao tom negativo da sessão, em dia de leve recuperação (+0,44%) para os preços do minério de ferro na China (Dalian) – na semana, a ação da mineradora cedeu 0,18%. Destaque negativo mais uma vez para os grandes bancos, especialmente para a queda de 4,17% em Bradesco PN – na mínima da sessão no fechamento assim como a ON (-3,16%) –, que havia escapado de cor-

reção no dia anterior e sido um dos destaques de alta.

Na ponta perdedora do Ibovespa, Eztec (-10,73%), em reação ao balanço da noite anterior, à frente de Hapvida (-10,23%) e Cyrela (-7,47%). No lado oposto, 3R Petroleum (+16,73%), após a Petrobras ratificar a continuidade do processo de transição do Polo Potiguar, um ativo importante para a 3R. Destaque também para Ecorodovias (+8,86%) e BRF (+4,63%) nesta sexta-feira.

A Bolsa chegou ao final da semana da forma como encerrou a anterior, com investidores ainda monitorando o risco de crise de crédito que, nos últimos dias, fez emergir

nomes além do SVB, como Credit Suisse e First Republic Bank. Em Nova York, as perdas no fechamento da sessão ficaram entre 0,74% (Nasdaq) e 1,19% (Dow Jones), mas tanto o índice amplo (S&P 500) como o tecnológico (Nasdaq) conseguiram avançar na semana, em alta respectivamente de 1,43% e 4,41%.

Hoje, a Fitch manteve a observação negativa do rating de crédito do First Republic Bank, mesmo após o socorro de US\$ 30 bilhões de 11 grandes instituições financeiras ao banco. Seguindo a agência, a franquia e o perfil de liquidez da empresa continuam “significativamente enfraquecidos”.

“O dia começou de forma até positiva, mas lá fora o pedido de recuperação judicial da controladora do Silicon Valley Bank (SVB) acentuou o movimento de queda, agravando a percepção quanto à crise do setor de crédito no exterior”, diz Dennis Esteves, especialista em renda variável da Blue3 Investimentos, destacando também a leitura bem abaixo do esperado para o índice de confiança do consumidor nos EUA, da Universidade de Michigan. “Dificuldades em bancos costumam anteceder períodos de recessão forte nos Estados Unidos. Sobe a pressão sobre o Fed quanto aos juros.”

Isto é Dinheiro

Negócios

CPFL (CPFE3) reporta lucro líquido de R\$ 1,375 bi no 4T22, alta de 3,3%



A CPFL (CPFE3) reportou, nesta quinta-feira (16), o lucro líquido de R\$ 1,375 bilhão no quarto trimestre de 2022, alta de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que obteve R\$ 1,331 bilhão. No acumulado do ano, o indicador avançou 7,5%, saindo de R\$ 4,854 bilhões em 2021 para R\$ 5,219 bilhões em 2022.

No quarto trimestre de 2022, a CPFL registrou Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 3,805 bilhões, alta de 49,6% em relação ao igual período de 2021 (R\$ 2,544 bilhões). No ano o crescimento foi de 33,9%, saindo de R\$ 9,160 bilhões em 2021 para R\$ 12,263 bilhões em 2022.

“Apesar deste cenário

desafiador, o ano foi marcado por muitas conquistas importantes que culminaram na entrega de excelentes resultados financeiros e operacionais nos negócios do grupo”, destaca a mensagem do presidente da CPFL Energia, Gustavo Estrella.

Contudo, a receita líquida ajustada da CPFL atingiu R\$ 10,737 bilhões de outubro a dezembro, queda de 1,7% sobre os R\$ 10,919 bilhões de um ano antes. Em 2022, houve uma leve alta de 0,4% com R\$ 39,354 bilhões reportados ante os R\$ 39,21 bilhões de 2021.

Já a dívida líquida chegou a R\$ 23,418 bilhões no 4T22, crescimento de 12,1% com relação aos R\$ 20,892 bilhões do mesmo período de 2021.

O resultado financeiro da

companhia foi positivo em R\$ 295,9 milhões no quarto trimestre de 2022, ante um resultado positivo de R\$ 248,5 milhões, no quarto trimestre de 2021.

No 4T22, a margem de alavancagem (relação da dívida líquida com o Ebitda ajustado) recuou 11,9% e ficou em 1,88, no mesmo período de 2021 era 2,13.

Cotação da CPFL

As ações da CPFL fecharam em queda de 2,39% no pregão desta quinta-feira, cotadas as R\$ 31,41. Segundo dados do StatusInvest, neste mês de março os papéis tiveram uma valorização de 4,21%, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses houve uma desvalorização de 1,07%.

Janize Colaço/Suno

Justiça autoriza nova recuperação judicial da Oi

A Oi recebeu nesta quinta, 16, autorização da Justiça para dar andamento à sua segunda recuperação judicial, três meses após a conclusão do primeiro processo. O pedido foi aceito pelo juiz da 7.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Fernando Viana.

A tele entrou em recuperação judicial pela primeira vez em 2016, com R\$ 65 bilhões em dívidas. A sentença de encerramento do processo saiu em dezembro de 2022, mas a tele segue com débitos de R\$ 43,7 bilhões.

Com a decisão, ficam congeladas as execuções de dívidas da Oi. A companhia terá 60 dias para apresentar um plano de pagamento aos seus credores. A maior parte da dívida da Oi está nas mãos

de investidores de títulos, agências de crédito e bancos.

No despacho, o juiz admitiu que um novo pedido de recuperação da mesma empresa ou grupo econômico é algo raro, mas legalmente possível.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Dívida segue em patamar bilionário

Apesar dos seguidos pedidos de recuperação judicial, a Oi segue devendo uma enorme quantia, avaliada em cerca de R\$ 35 bilhões. Apesar de seguir alta, a companhia conseguiu diminuir o valor total consideravelmente, já que no início do último processo de recuperação judicial, em 2016, a empresa tinha R\$ 65 bilhões em dívidas.

Isto é Dinheiro



Lucro líquido da Ecorodovias (ECOR3) cresce 10x no 4T22 aos R\$ 114 milhões



A Ecorodovias (ECOR3) reportou, nesta quinta-feira (16), o lucro líquido de R\$ 114,1 milhões no quarto trimestre de 2022, valor dez vezes maior que o reportado no mesmo período do ano anterior, em R\$ 10,3 milhões. Por outro lado, no acumulado do ano o indicador recuou 36,3%, saindo de R\$ 367,3 milhões em 2021 para R\$ 234,1 milhões em 2022.

No quarto trimestre de 2022, a Ecorodovias registrou Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 719,2 milhões, alta de 36,8% em relação ao igual período de 2021. No ano, a variação foi

negativa em 6%, saindo de R\$ 2,259 bilhões em 2021 para R\$ 2,123 bilhões em 2022.

Já o Ebitda ajustado da Ecorodovias foi de R\$ 809,2 milhões, crescimento de 48,6% na mesma base de comparação. A margem Ebitda ajustada no período alcançou 37,6%, queda de 3,3 pontos percentuais sobre igual intervalo de 2021.

Segundo a companhia, o resultado se deve “ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio, início da cobrança de pedágio parcial pela EcoRioMinas (três praças em setembro/22) e integral pela Ecovias do Araguaia (nove praças em outubro/22), cres-

cimento das operações do Ecoporto e Ecopátio, assim como, o efeito retroativo em função do atraso do reajuste da Ecosul de 2022 (R\$58,1 milhões)”.

A receita líquida ajustada da Ecorodovias atingiu R\$ 1,152 bilhão de outubro a dezembro, alta de 32,1% sobre um ano antes. Já a dívida líquida chegou a R\$ 9,878 bilhões no 4T22, crescimento de 29,2% com relação ao mesmo período de 2021.

Mais números da ECOR3 Ao fim de 2022, a relação da dívida líquida com o Ebitda ajustado estava em 4,3 vezes, ante um múltiplo de 3,3 registrado no mesmo período de 2021.

Janize Colaço/Suno